

Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape: entre os discursos ambientais, identitários e desenvolvimentistas.

Ivana Muricy.

Cita:

Ivana Muricy (2017). *Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape: entre os discursos ambientais, identitários e desenvolvimentistas*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/232>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE: ENTRE OS DISCURSOS
AMBIENTAIS, IDENTITÁRIOS E DESENVOLVIMENTISTAS**

Ivana Tavares Muricy

ivanamuricy@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A Baía do Iguape se localiza no Recôncavo baiano, distante cerca de 110 km² de Salvador, capital do Estado da Bahia. A região participou ativamente do 1º ciclo econômico do Brasil colonial, quando foram instalados cerca de 18 engenhos de cana-de-açúcar. Com o declínio da produção açucareira no Recôncavo, os engenhos foram abandonados e passaram a atrair contingentes negros, dando origem a diversas comunidades pesqueiras. O isolamento provocado pela desestruturação do sistema fluvial e pela precariedade das vias terrestres associado ao tipo de atividade produtiva desenvolvida pelas comunidades contribuíram para a manutenção das especificidades culturais e para tornar a Baía do Iguape uma das porções mais preservadas da Baía de Todos os Santos. Em 2000, o Governo Federal implanta a Reserva Extrativista (Resex) Marinha Baía do Iguape, uma unidade de conservação que tem por objetivo proteger o ecossistema e os modos de vida da população local. A poligonal da Resex contemplava, inicialmente, águas internas e manguezais, no entorno da qual residem aproximadamente 3.500 habitantes, distribuídos em cerca de 20 comunidades tradicionais. A maioria dessas comunidades encontra-se em processo de luta pelo reconhecimento como quilombolas, motivado, em grande medida, pela promulgação do Decreto governamental (4.887/2003) que regulamenta os direitos territoriais dos remanescentes de quilombo garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela situação de vulnerabilidade vivenciada pelos moradores por não possuir a titularidade das terras. Esta situação tornava a população local alvo de constantes violências e ameaças de expulsão dos territórios por fazendeiros locais que se consideravam e agiam como verdadeiros “donos das terras”. A região vem vivenciando forte processo de especulação imobiliária, devido, principalmente, à implantação de projetos governamentais e da iniciativa privada e do incremento da atividade turística. Entre esses empreendimentos destacam-se: o estaleiro de São Roque do Paraguaçu, implantado na década de 1970; a hidroelétrica Pedra do Cavalo, instalada na década de 1980; e a Enseada Indústria Naval S.A, implantada na década de 2000. Este último corresponde à 1ª etapa de um megaempreendimento considerado pelas esferas governamentais como prioritário para o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desenvolvimento local, regional e nacional. Para a sua instalação o Governo Federal modificou a poligonal da RESEX, sem levar em consideração a legislação ambiental e os protestos de parte das comunidades locais, de grupos ambientalistas, pesquisadores universitários, entre outros. Pretende-se analisar as como estas diferentes lógicas – ambientais, identitárias e desenvolvimentistas – se inter cruzam e reconfiguram os espaços sociais, bem como as estratégias adotadas pelos diferentes atores sociais na defesa de seus interesses.

ABSTRACT

The Bay of *Iguape* is located in the *Recôncavo baiano*, distant approximately 110 square kilometers of Salvador, capital of the *Bahia* State. The region participated actively in the first economic cycle of colonial Brazil, when roughly 18 sugarcane mills were installed. When sugar production declined in the *Recôncavo*, the mills were abandoned and started to attract black contingents, giving rise to several fishing communities. The isolation caused by the disruption of the river system and the precariousness of the land routes, combined with the type of productive activity developed by the communities, contributed to the maintenance of cultural specificities and for become Bay of *Iguape* one of the most preserved portions of *Baía de Todos os Santos*. In 2000, the Federal Government implemented the Extractive Reserve (*RESEX*) Marine Bay of *Iguape*, a conservation unit that aims to protect the ecosystem and the livelihoods of the local population. The polygonal of *RESEX* initially considered internal waters and mangroves, around which reside approximately 3,500 inhabitants, distributed in about 20 traditional communities. Most of these communities are in the process of fighting for recognition as *quilombolas*, largely motivated by the promulgation of the government decree (4.887/2003) that regulates the territorial rights of *quilombo* remnants guaranteed through Federal Constitution of 1988 and situation of vulnerability experienced by residents because they do not own the land. This situation made the local population subject to constant violence and threats of expulsion from the territories by local farmers who considered themselves and acted as real "landowners". The region has been experiencing a strong process of real estate speculation, mainly due to the implementation of government projects and of the private initiative, and of the increase in tourism activity too. Among these projects are highlights: the shipyard of *São Roque do Paraguaçu*, implanted in the 1970s; the *Pedra do Cavalo* hydroelectric plant, installed in the 1980s; and the *Enseada Naval Industry S. A.*, implemented in the decade of 2000. The latter corresponds to the first stage of a mega-project considered by governmental spheres as a priority for local, regional and national development. For its installation, the Federal Government modified the polygonal of *RESEX*, without taking into account the environmental legislation and the protests of the local communities, environmental groups, university researchers, among others. It is intended to analyze how these different logics – environmental, identity and development – are interrelate and, besides, reconfigure social spaces, as well as the strategies adopted by different social actors in the defense of their interests.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Palabras clave

Áreas protegidas, conflictos socioambientais e desenvolvimento

Keywords

Protected areas, sócio-environmental conflicts, development

I. Introdução

A Baía do Iguape localiza-se no Recôncavo baiano, a 110 km² de Salvador (capital do Estado de Bahia), ligando-se à Baía de Todos os Santos, através do canal de São Roque. Por este grande complexo hídrico circulava parte da riqueza do Brasil Colonial, no 1º ciclo econômico, quando inúmeros engenhos de cana-de-açúcar se instalaram na região. Com a decadência da economia açucareira no Recôncavo, muitos engenhos foram abandonados e contingentes negros foram atraídos para as proximidades dos mangues, dando origem a diversas comunidades pesqueiras (Schwartz: 1988, as cited in Zagatto, 2011)

As comunidades locais que foram se consolidando desenvolveram modos de vida extremamente articulados aos ecossistemas locais, fundamentais não só para a reprodução material, mas também para a construção da identidade dos grupos. O isolamento provocado pela desestruturação do sistema fluvial e pela precariedade das vias terrestres associado ao tipo de atividade produtiva desenvolvida pelas comunidades contribuíram para a manutenção das especificidades culturais e para tornar a Baía do Iguape uma das porções mais preservadas da Baía de Todos os Santos.

O surgimento da “questão” ambiental no âmbito internacional e nacional levou o Governo do Estado a implantar duas Unidades de Conservação (UC): a Área de Proteção Ambiental (APA) Pedra do



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Cavalo, em 1997, e a APA Baía de Todos os Santos em 1999. Em 2000, o governo federal cria a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Iguape.

A criação da Resex encontra-se articulada ao processo de luta pela permanência no território ocupado há gerações como espaço de vida. Sua poligonal compreendia, inicialmente, águas internas e manguezais, sendo as comunidades do entorno da Reserva, cerca de 20, definidas como beneficiárias da política pública implantada. A maior parte dessas comunidades encontra-se em processo de luta pelo reconhecimento como quilombolas, motivado, em grande medida, pela promulgação do Decreto (4.887/2003) que regulamenta os direitos dos remanescentes de quilombos, e pela situação de vulnerabilidade dos moradores locais, por não possuir a titularidade das terras habitadas. Situação esta que torna a população local alvo de constantes violências e ameaças de expulsão de seus territórios por parte de fazendeiros locais

Partindo de premissas totalmente contrárias as que embasam o reconhecimento e a garantia de direitos das comunidades quilombolas e da preservação dos ecossistemas locais, o governo do Estado da Bahia anuncia, em 2008, a implantação de um Polo Naval à margem da RESEX. O projeto está vinculado às ações do Programa Acelera Bahia, que pretende requalificar a região do Recôncavo para atender as demandas do grande capital.

Diante do exposto, pretende-se analisar como distintas conformações históricas engendram esses discursos – ambientais, identitários e desenvolvimentistas – embasados por diferentes políticas públicas – que se confrontam na Baía do Iguape, identificando as estratégias discursivas e práticas de atuação adotadas na defesa dos interesses de grupos hegemônicos e minoritários que interagem direta ou indiretamente neste território.

Tal análise implica necessariamente em nos reportarmos as relações de poder, que como demonstrou Foucault (1979), permeiam o conjunto das relações sociais. Neste texto, partiremos do referencial teórico desenvolvido por Hannigan que define o discurso como:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

... uma serie interligada de “enredos” que interpretam o mundo ao nosso redor e que se tornam profundamente entranhados nas instituições sociais, nas pautas e demandas de conhecimento. Estes enredos têm uma tríplice missão de criar significados para validar a ação, mobilizar a ação e definir alternativas. (2009, p. 61).

O material empírico e as reflexões são provenientes do projeto de doutorado *Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape: espaço de disputas, conflitos e negociações*, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em ciências sociais da UFBA. Na primeira parte do texto, apresentamos a Baía do Iguape e analisamos os discursos ambientais subjacentes às políticas públicas que embasam a criação de áreas protegidas, enfatizando as disputas em relação à implantação de um polo naval nas bordas da RESEX. Na segunda parte analisamos os discursos articulados às construções identitárias dos moradores como estratégia para a permanência no território ocupado há gerações. Por fim, são apresentamos algumas conclusões do estudo.

II. O território do Iguape e o discurso ambiental

O entorno da Baía do Iguape é habitado por mais de 3.500 pessoas (cf ICMBIO, 2014), distribuídas em cerca de 20 comunidades, pertencentes em sua maioria às áreas rurais dos municípios de Cachoeira e Maragogipe. Os moradores detém estreitas relações com os ecossistemas locais, nas quais os rios, o mar, a mata e os mangues são elementos fundamentais não só para a reprodução material, como para construção das sociabilidades, da cosmologia e da formação da identidade dos grupos. A sobrevivência material dos grupos é garantida pela pesca, a coleta de mariscos, a extração de piaçava, conjugada com agricultura familiar e a criação de pequenos animais.

O ritmo das comunidades ainda é em, grande medida, ditado pelo ritmo da maré, da qual mulheres e homens tiraram boa parte do sustento familiar. As primeiras se dedicam a coleta de mariscos, atividade que exige grande esforço físico e tem continuidade com a “cata” do material coletado, o



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

qual será consumido pela a família, reservando os produtos mais valorizados para a venda no comércio local. Os homens dominam as técnicas da pescaria, lançando-se em águas mais distantes, utilizando pequenas embarcações e capturando peixes de espécies variadas, cuja destinação segue a mesma lógica dos mariscos.

Estes modos de vida vem sendo ameaçado, sobretudo, pelo avanço do grande capital no meio rural brasileiro, intensificado nos anos 2000. Na década de 1970, é implantado o estaleiro de São Roque do Paraguaçu, na porção sul da Baía do Iguape, mais especificamente, no Distrito de São Roque do Paraguaçu (Maragogipe). Além de provocar modificações no ecossistema local, o empreendimento atraiu grande contingente de imigrantes, causando modificações socioculturais e econômicas.

Neste mesmo período é iniciada a construção da Barragem Pedra do Cavalo, nas margens dos municípios de Cachoeira e São Felix. A barragem foi inaugurada em 1985 e, em 2005, começa a funcionar a hidroelétrica homônima. Até hoje os moradores do entorno da Baía do Iguape sofrem com a mudança da salinidade das águas decorrentes da abertura das comportas, prejudicando a pesca.

Com a institucionalização da preocupação ambiental no contexto mundial e nacional, na década de 1970, generaliza-se a criação de áreas legalmente protegidas que se tornam um dos principais pilares da política ambiental brasileira. Em 2000, a Lei 9.985/2000 busca unificar os mecanismos de criação destas áreas, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (cf. Peccatiello, 2011, p.72). Este prevê 12 modalidades de Unidades de Conservação (Ucs), divididas em duas grandes categorias: as de uso integral e de uso sustentável. Esta divisão busca contemplar as diferentes percepções e proposta de proteção da natureza, polarizadas pelas correntes preservacionista, conservacionista e socioambientalista (cf. Peccatiello, 2011, p 79; Franco & Drummond, 2012, p. 363).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na primeira categoria não é permitida a presença humana, exceto para pesquisa e visitação. O discurso preservacionista, que percebe a natureza como sagrada, embasa a criação destas Ucs. Imbuídos de uma visão romântica, os preservacionistas apregoam a existências de “ilhas naturais” para fruição e “elevação espiritual” do homem moderno, residente fora dessas áreas (cf. Martinez Alier, 2009, p. 22-26).

Na segunda categoria é permitida a presença humana e o uso sustentável de parte dos recursos naturais, contemplando as visões dos conservacionistas e, em certa medida, dos socioambientalistas. Os conservacionistas possuem uma visão instrumental da natureza, percebida como recurso natural. Os socioambientalistas, por sua vez, compreendem o homem como parte da natureza. Defendendo a articulação entre biodiversidade e sociodiversidade, consideram as populações residentes como elementos fundamentais para a preservação da natureza.

Assim, observa-se nas discussões sobre o meio ambiente uma intensa disputa pelo “poder de nomear”, que se constitui num dos eixos centrais dos conflitos travados pelos diferentes grupos no espaço social (cf. Bourdieu, 1989). No caso em questão, o que está em disputa é o próprio conceito de natureza e os princípios que devem reger sua apropriação material e simbólica. A depender do que se entende por meio ambiente, por práticas “ambientalmente corretas” ou por “ambientes saudáveis” modificam-se os grupos que serão considerados como portadores de práticas mais adequadas, ou seja, os que possuirão um maior capital simbólico para se apresentarem nas novas arenas públicas.

Na região, existem três Unidades de Conservação pertencentes a modalidade de uso sustentável: APA Pedra do Cavalo, APA Baía de Todos os Santos e Resex Marinha Baía do Iguape. A primeira foi implantada em 1997, como contrapartida à instalação da barragem homônima. A segunda foi criada em 1999, compreendendo as 54 ilhas da Baía de Todos os Santos. A Resex foi implantada em 2000, pelo governo Federal, compreendendo uma extensão de 8.117,53 hectares, sendo 2.831,24 de manguezal e 5.286,29 de águas internas brasileiras e se constitui no objeto central do texto.



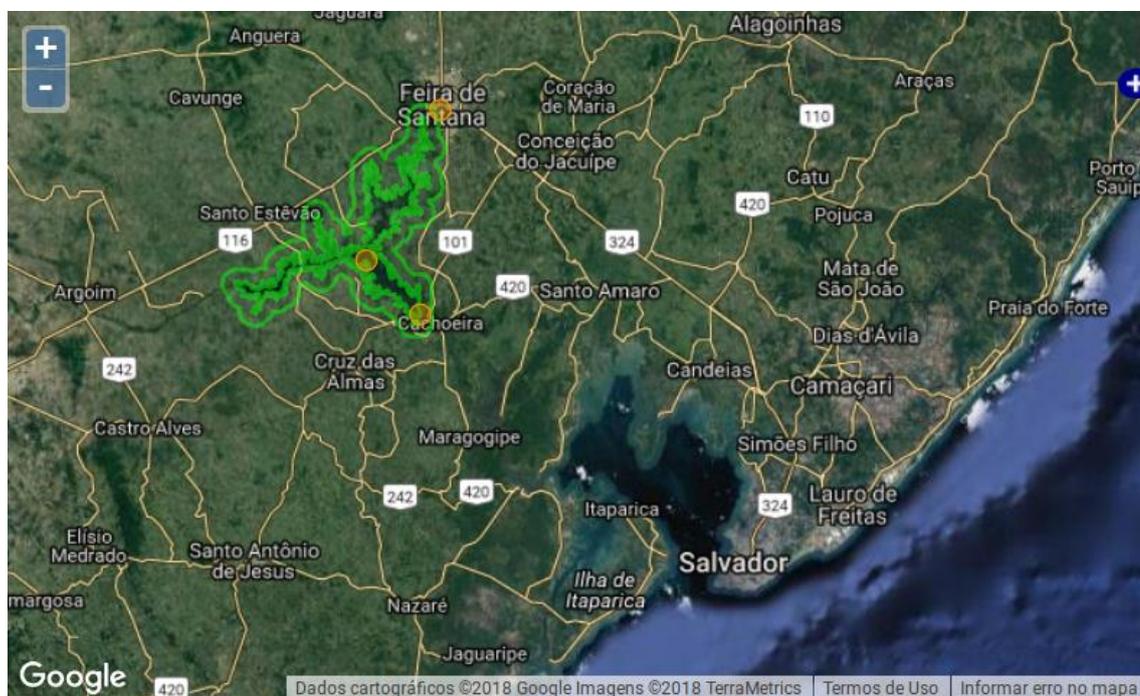
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 1 Mapa da Área de Proteção Ambiental Pedra do Cavalo



Fonte: Observatório de Ucs, 2017

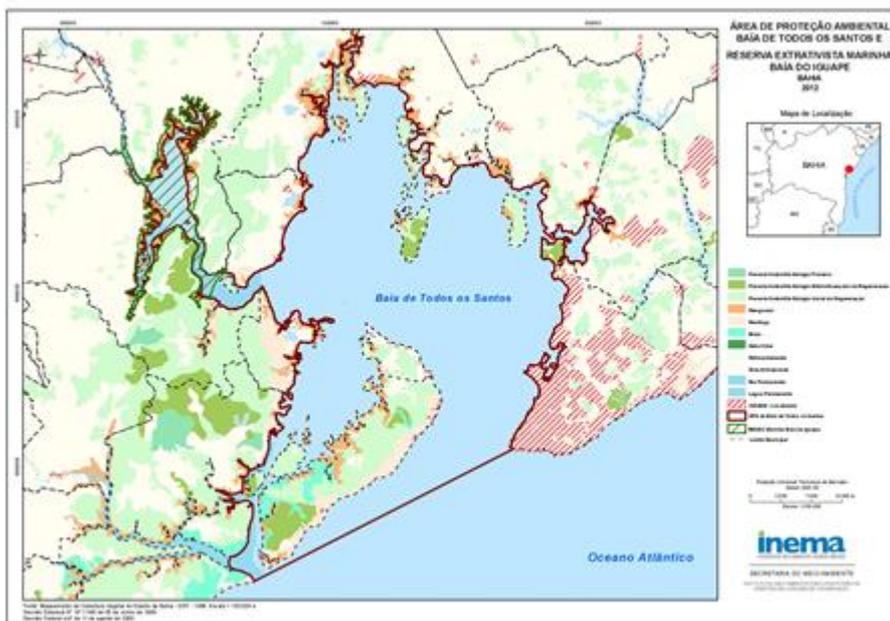


XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Figura 2 . Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos e Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape



Fonte: Governo do Estado da Bahia, INEMA, 2017

Apesar de pertencerem a modalidade de uso sustentável, existem diferenças significativas entre as APAs e as RESEXs. Embasada no discurso conservacionista, as primeiras enfatizam a proteção da biodiversidade, sendo a presença humana apenas tolerada. São criadas sem consulta prévia à comunidade residente, que, em geral, não se envolve na gestão da área realizada por um Conselho Consultivo. Boa parte dos conselhos se tornou espaço de cooptação de lideranças e meros mecanismos para legitimar projetos governamentais e da iniciativa privada. Mesmo com estas limitações, a pressão exercida por ambientalistas (atuantes em ONGs e nas esferas governamentais) faz com que as APAS contribuam para conservação de ecossistemas considerados vulneráveis e para diminuir a degradação ambiental nestas áreas, resultante da ânsia da iniciativa privada que busca mercantilizar a natureza.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As Reservas Extrativistas, por sua vez, constituem-se num caso paradigmático de articulação entre as pautas ambientais e sociais com reflexo na elaboração de políticas públicas. Fruto de uma aliança entre os seringueiros e os indígenas da Amazônia, que deslocou o foco das discussões da Reforma Agrária para a preservação da florestas, as Resexs são o único modelo na legislação brasileira proposto pelos moradores da área a ser protegida. O modelo se baseia nas particularidades socioculturais dos seringueiros, notadamente suas formas de uso e ocupação do território e apresenta uma solução para a questão fundiária: as terras passam pertencer a União, sendo o usufruto exclusivo da população extrativista. Esta participa ativamente da gestão das Resexs realizada por um Conselho Deliberativo.

No caso da Reserva Extrativistas Marinhas sua implantação vem sendo defendida por ambientalistas e movimentos sociais como uma solução para a manutenção da pesca artesanal ameaçada, entre outros fatores, pelo aumento da pesca industrial, pelas tentativas de implantação de criatórios artificiais, a instalação de grandes empreendimentos e o crescente processo de especulação imobiliária nas áreas costeiras.

A criação das Resexs expressa uma interseção entre as pautas ambientais e étnicas, caracterizando um processo de etnização do discurso ambiental e de ambientalização das lutas étnicas¹. No primeiro caso, o processo decorre das mudanças em parcela (não hegemônica) do movimento ambiental, mais especificamente, a corrente socioambiental que passa a perceber os povos tradicionais como portadores de formas de manejo sustentável, considerando-os com um dos principais agentes da conservação. No segundo caso, o meio ambiente passa a ser reivindicado como um direito de todos e a noção de racismo ambiental se cristaliza nos discursos acadêmicos e nas estratégias argumentativas dos pleitos de grupos étnicos/raciais.

¹ Esse processo também é destacado por Mendes (2008) num estudo referente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II.1. Resex Marinha Baía do Iguape X Polo Naval

A implantação da Resex Marinha Baía do Iguape surgiu de uma demanda dos moradores locais, notadamente pescadores vinculados a movimentos sociais. Sua implantação não surtiu efeito imediato, uma vez que o Conselho Gestor foi implantado somente em 2005, quando se acirram ainda mais os conflitos fundiários em praticamente todas as comunidades, em função do início da luta pelo reconhecimento como quilombolas (cf. Prost, 2010, p. 60).

Em 2008 o Governo do Estado da Bahia anuncia, a implantação de um polo naval nas bordas da RESEX, num terreno reivindicado como área quilombola pela comunidade de Enseada do Paraguaçu. O projeto está vinculado às ações do Programa Acelera Bahia, elaborado pela esfera governamental estadual, que pretende “requalificar” a região do Recôncavo para atender as demandas do grande capital. Entre os projetos previstos destaca-se a construção de uma ponte ligando Salvador a Ilha de Itaparica e a ampliação do sistema viário de ligação da ilha ao sul e oeste do Estado. Os projetos irão impactar fortemente a Baía de Todos os Santos, com o aumento do fluxo de veículos e da imigração, comprometimento dos ecossistemas e descaracterização sociocultural da região.



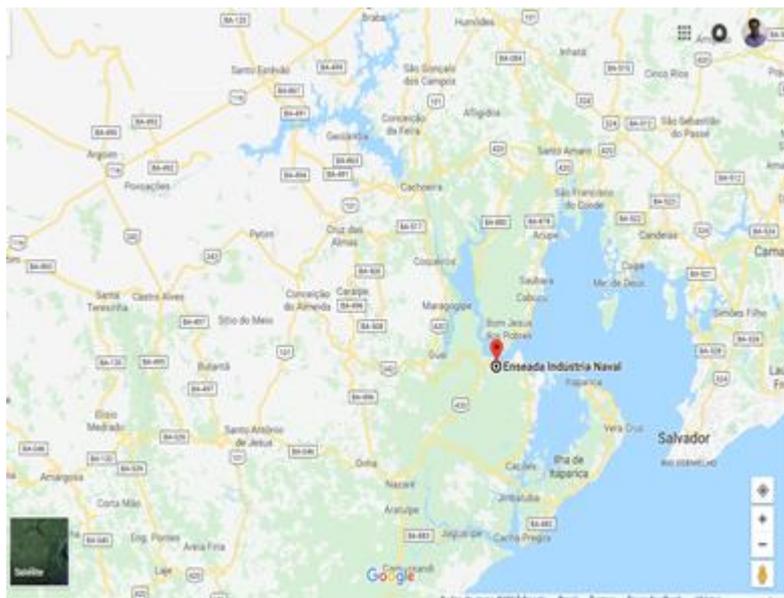
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 3 Localização do estaleiro Enseada Indústria Naval



Fonte: www.google.com.br/maps

Nesta conjuntura, o discurso ambiental fortaleceu a luta das comunidades pela permanência em seus territórios. A incompatibilidade entre o Polo Naval e Reserva Extrativista constituiu-se no ponto central dos embates sobre a implantação do empreendimento. Estes repercutiram em todo o Estado da Bahia, mobilizando grupos ambientalistas, movimentos sociais, pesquisadores/professores universitários, entre outros, na defesa do ecossistema estuarino e das comunidades locais.

Os segmentos atuantes neste embate podem ser agrupados em dois blocos específicos: aqueles que defendiam o empreendimento como necessário ao desenvolvimento e os que defendiam a permanência das populações locais em seus territórios. Em suas estratégias argumentativas, o primeiro bloco acessa o discurso desenvolvimentista, hegemônico na sociedade contemporânea²; enquanto o segundo evoca a conservação da biodiversidade, bem como os direitos sociais

² Sobre o conceito de desenvolvimento, ver Ivo (2012)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

garantidos pela Constituição Federal. O discurso da proteção do meio ambiente é acessado em contextos específicos pelos distintos grupos.

A incorporação do discurso ambiental por parte dos que defendem a lógica desenvolvimentista revela a elasticidade e imprecisão da noção de desenvolvimento sustentável, usada por “gregos e troianos” com diferentes conotações³, ao tempo em que, demonstra a importância da dimensão simbólica, na emergência da questão ambiental.

Os opositores ao empreendimento se articularam formando a Comissão pró-Iguape, composta por extrativistas, representantes de organizações não-governamentais, professores e pesquisadores de instituições públicas e de entidades da sociedade civil organizada. A Comissão entrou com uma representação no Ministério Público Federal contra o Governo do Estado da Bahia por sua atuação no processo de implantação do Polo; elaborou um documento sobre o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental realizado, apontando suas inconsistências e omissões.

Os empreendedores, assessorados por seus consultores ambientais, utilizaram largamente o discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social. Assim, verifica-se por parte dos empresários e das esferas governamentais que defendem o projeto o processo denominado por Acselrad (2004, p. 19) de “ecologização das justificações”, que busca metamorfosear projetos e interesses de determinados atores em “interesses comuns”. Os empresários também utilizaram estratégias comuns para obtenção de licença ambiental no Brasil, como: a articulação dos empreendedores com agentes e instituições governamentais; promessas de geração de empregos superestimadas; contrapartidas sociais vagas e genéricas; omissão e/ou subestimação dos impactos negativos; fragmentação do projeto para submissão ao licenciamento ambiental.

Mesmo entre os que se apresentam como ambientalistas, percebe-se a prioridade conferida aos aspectos físicos e bióticos em detrimento da dimensão sociocultural. Ou seja, percebe-se o

³ Sobre a noção de desenvolvimento sustentável, ver Muricy (2009)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

predomínio das concepções defendidas pelos preservacionistas e conservacionistas, que expressam uma concepção de meio ambiente no qual a natureza encontra-se separada do homem. Poucos são os que partilham uma visão socioambientalista, a qual concebe o homem como parte da natureza.

Como resultado deste embate, a poligonal da Resex foi modificada, em 2009, por decreto federal, excluindo o território pleiteado para a construção do Polo Naval e incluindo uma área ao norte. A ação contou com o parecer favorável do Ministério do Meio Ambiente encaminhado ao executivo federal. Além de não seguir os tramites burocráticos determinados na legislação (Lei nº 9.985/2009) e desrespeitar os anseios das comunidades locais que se posicionaram contrárias à implantação do empreendimento (cf. COMISSÃO PRÓ-IGUAPE, 2009, p. 8-10 e 75), a alteração da poligonal acabou por incluir a comunidade de São Francisco do Paraguaçu que já se encontrava em processo avançado de luta pelo reconhecimento como quilombola). Esta busca, atualmente, a desintrusão⁴ do território da Resex para dar continuidade ao processo de reconhecimento como quilombola.

No caso em estudo, os discursos que defendem os direitos territoriais dos grupos em função de suas particularidades socioculturais têm se constituído numa estratégia mais promissora na luta pela permanência nos territórios. Como tem ocorrido em diversos países, sobretudo da América Latina, as políticas públicas motivaram processos de sociogêneses com a construção de novas narrativas para demarcar a singularidade dos grupos e garantir a efetivação de seus direitos historicamente usurpados.

III. As múltiplas identidades: quilombolas, pescadores, marisqueiras, lavradores

Com a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal (1988), que reconhece o direito à propriedade definitiva dos remanescente de quilombos, inicia-se um período no qual a luta pela terra passa a se articular com a afirmação de identidades até então marginalizadas e invisibilizadas ou, mesmo, construídas no processo de luta pela efetivação desses

⁴ Exclusão do território da comunidade da poligonal da RESEX.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

direitos. O artigo foi regulamentado pelo Decreto 4.887/2003, após muitas polêmica, representando um vitória dos movimentos negros a adoção do critério de auto definição da própria comunidade⁵.

Diversos grupos sociais passaram a reivindicar os direitos territoriais se auto definindo como comunidades renascentes de quilombos, o que provocou forte reação dos proprietários rurais e da bancada ruralista brasileira. Os primeiros reagiram com violência, contando, muitas vezes com o aparato estatal, e contestaram os processos de regularização fundiária. Os segundos encaminharam diversos projetos de leis com o objetivo de inviabilizar a titulação das terras quilombolas e impetraram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. (kuhn, 2009, p.139).

Mesmo com forte reação contrária, os movimentos sociais continuaram pressionando as esferas governamentais para efetivação e ampliação dos direitos garantidos na Constituição. E assim, outros “grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215º da Constituição Federal) foram reconhecidos pelo Estado brasileiro por suas singularidades socioculturais e passaram a compor a ampla categoria designada de povos tradicionais.

Tal processo implicou um esforço de tradução e ressignificação dos conceitos por parte de acadêmicos (antropólogos, historiadores, etc), juntamente com os movimentos sociais. Era necessário romper com visão escravocrata e racista, que condenou estes grupos a invisibilidade enquanto sujeitos de direito e a subalternidade enquanto classes sociais; e superar a visão estática e essencialista de cultura, subjacente às noções de remanescentes de quilombos, povos tradicionais e grupos étnicos que permeiam os debates e povoam o imaginário social.

A noção de remanescente de quilombo, por exemplo, estava congelada num passado escravocrata, presa ao biônimo “fuga-resistência” e a uma ideia de isolamento, cujo protótipo era o quilombo dos

⁵ “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.(Art.2 do Decreto 4.887).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Palmares (cf. Schmitt, Turatti & Carvalho, 2002, p. 1-2). Esta noção precisava ser problematizada e resemantizada para dar conta do contexto atual vivenciado pelas comunidades negras.

A noção de povos tradicionais gerou maiores controvérsias, tanto no âmbito acadêmico como nas esferas governamentais e nos segmentos hegemônicos da sociedade. Apesar da institucionalização do termo com a criação, em 2004, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, e, posteriormente, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades e Povos Tradicionais (PNPCT) (Decreto 6.040/ 2007), ainda não existe um consenso no âmbito institucional nem acadêmico sobre esta categoria.

No âmbito institucional, observa-se uma profusão de legislações, comissões e planos elaborados pelas esferas governamentais (nacional, estadual e municipal), marcados por imprecisões conceituais e a sobreposição de propostas, por vezes contraditórias (internamente e entre si). Longe de se constituir num problema semântico, estas imprecisões, refletem a correlação de forças e as disputas travadas por diferentes segmentos sociais na defesa de seus interesses junto as esferas governamentais. A depender do contexto político essas indefinições podem se converter em entraves ou possibilidades para a concretização dos anseios trazidos pelos grupos sociais historicamente marginalizados.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades (PNPCT) apresenta a seguinte definição para povos e comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, usando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (PNPCT, 2007, Art. 3º, Inciso I)

Já o SNUC (Lei 9.985/2000), apesar de prever uma categoria de UCs exclusiva para os povos tradicionais, as Reservas Extrativistas, não define a categoria. O artigo que continha esta definição foi



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

vetado no Congresso Nacional, em função da pressão exercida pela bancada ruralista e pela falta de consenso entre os diferentes segmentos do movimento ambientalista.⁶

No âmbito acadêmico, a discussão sobre os povos e comunidades tradicionais tem sido intensa em diferentes campos do conhecimento. O termo tradicional não significa algo arcaico, atrasado, residual ou remanescente e não se encontra, necessariamente, em oposição ao moderno, como destaca Almeida (2015). Segundo este autor, trata-se de uma categoria atual e operacional utilizada para entender situações concretas e bastante diversas, que remetem ao passado colonial, que invisibilizou diversos grupos sociais, como as quebradeiras de coco do babaçu, os castanheiros, os ribeirinhos, os pescadores, quilombolas. Ou seja, nas palavras do autor *"um conjunto de termos que antes não designavam identidades coletivas, mas apenas referências historicistas", "figuras típicas", "presas ao mundo natural"*. Estes passam de uma situação de atomização para uma existência coletiva, capaz de transformá-los em sujeitos políticos que reivindicam o reconhecimento de formas diferenciadas de viver e de se relacionar com os recursos naturais. (idem)

Além do aspecto político do termo, a maioria das definições destaca que os povos tradicionais possuem formas mais adequadas de lidar com os recursos naturais⁷, o que consiste em algo valorizado por uma parcela da sociedade. Referindo-se aos seringueiros da Amazônia, Cunha e Almeida (2009) destacam que de entraves ao desenvolvimento estes grupos passam a ser percebidos como promotores do desenvolvimento sustentável. A forma de lidar com o meio ambiente e a visão preservacionistas destes grupos passaram a se constituir num capital cultural (Bourdieu, 1989) que pode ser negociado nas arenas públicas em troca de alguns direitos sociais, notadamente os territoriais.

⁶ O projeto de Lei tramitou no Congresso Nacional durante os oitos anos. Em sua versão final exclui o artigo que definia a população tradicional como "grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável" (apud. LITTLE:2002:21).

⁷ Esta é uma afirmação questionada por alguns pesquisadores, a exemplo de Ferreira (2004), que considera esta visão como uma atualização do mito do "bom selvagem"



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na área em estudo, a população local vem se organizando em torno das construções identitárias de quilombola, pescadores, marisqueiras, lavradores e, mais recentemente, extrativista – categoria trazida pela política ambiental com base na experiência dos seringueiros da Amazônia, mas ainda não incorporada plenamente pela população local.

O processo de luta pelo reconhecimento como quilombola se iniciou em momentos diferentes nas comunidades e envolveu particularidades quanto à organização social e a intensidade dos conflitos, embora diversos elementos em comum caracterizem a articulação dos grupos.

Como tem ocorrido na maioria das comunidades no Brasil, o processo de reconhecimento como quilombola provocou conflitos internos, pois nem todos os moradores aceitam esta identidade, sobretudo pela associação a aspectos negativos, como a referência a negros fugidos, e pelo fato da terra passar a ser de propriedade coletiva. No entanto, é cada vez maior a quantidade de moradores que demonstram orgulho de serem quilombolas. Muitos jovens buscam reforçar a identidade negra, através de traços diacríticos, como roupas, penteados, adornos e nas manifestações culturais. Neste sentido, o “aquilombar-se”⁸ trouxe para muitos o empoderamento do discurso afirmativo trazido pelo movimento negro.

Comentando sobre a resistência de parte da população em assumir a identidade quilombola Germani (apud. KUNH, 2009, p. 132) destaca que a tutela social exercida pelos fazendeiros locais acaba inibindo os moradores a se intitularem como quilombolas para não se posicionarem contra esses fazendeiros: “assumir-se como quilombola revela não só um conflito do passado, mas também um conflito do presente”.

⁸ “Aquilombar-se é, portanto, uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes”. (Souza, 2008: 106, as cited in Kuhn, 2009: 132).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A população local costumava pagar o “foro” pela utilização das terras aos proprietários locais, a maioria grandes fazendeiros, políticos e/ou pessoas influentes na região. As relações estabelecidas com os fazendeiros eram de exploração, mas, em geral, pacífica, embora haja registro de ações violentas que obrigaram as populações a migrarem dos seus locais de moradia. A população aceitava por força do *habitus* a relação de dominação, caracterizando um processo de violência simbólica (Bourdieu, 1989).

Os atuais processos de construção identitária são iniciados por lideranças locais, na maioria das vezes, assessoradas por entidades de apoio, lideranças político-partidárias ou agentes governamentais. Esses exercem o papel de intermediários, ao partilharem com os moradores elementos simbólicos, políticos e pragmáticos sobre “ser quilombola”, as perspectivas relativas ao futuro das comunidades, bem como os trâmites burocráticos. Como destaca Zagatto (2011, p.1) esses agentes desempenham uma espécie de tradução político-cultural de categorias jurídicas em categorias nativas, que se refletem nos discursos construídos pelos grupos. Comentando sobre as oficinas realizadas por agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁹ com as comunidades, a autora revela que:

[..] as experiências pessoais de desrespeito e exploração adquiriram cada vez mais caráter coletivo, na medida que foram tomadas e reconhecidas como típicas. [...] Assim, antigas diferenças entre posseiros e fazendeiros foram enaltecidas, novas foram produzidas e alguns sinais de similaridades foram silenciados. [...] Não demorou para que este discurso pautado na “luta de classes no campo” fosse “relido” sob uma perspectiva distinta, a partir do acionamento de outras categorias, tais como raça e tradição. Isso não quer dizer que a questão racial ou as tradições não estivessem presentes nas narrativas sobre pescadores,

⁹ Instituição responsável pela titularização das terras.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

lavradores ou fazendeiros. Porém não eram utilizadas como retóricas para falar de si, ou seja para representar o grupo. (2001, p. 45)

Assim, as pessoas vão aprendendo a “ser quilombola” no próprio processo de luta. Novas lideranças e arenas de lutas vão surgindo; ampliam-se as discussões e as estratégias de enfrentamento das elites locais, notadamente, os fazendeiros, bem como as esferas governamentais.

Entre as estratégias destacam-se: a formação de entidades representativas locais, regionais, estaduais e federais, como a Associação Quilombola de Maragogipe, o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e o Comitê Quilombola Bahia em Ação; a participação em instâncias institucionais criadas pelas esferas governamentais, a exemplo do Núcleo Gestor Território do Recôncavo e do Conselho da RESEX do Iguape; a realização de eventos, como I Encontro Baiano de Comunidades Quilombolas.

À medida em que vão participando de novos fóruns de discussões entre as comunidades e destas com as esferas governamentais e não governamentais, a identidade quilombola vai sendo reforçada. Novos consensos vão sendo criados, o que implica, entre outros fatores, na escolha de traços diacríticos para auto representação nas diferentes arenas de disputas construídas no processo de luta pelo território.

O reconhecimento desses sujeitos como quilombolas não é motivado por uma razão utilitarista, como pode à primeira vista parecer, mas parte de um processo de formação identitária que surge à medida em que os sujeitos participam de novas arenas públicas, nas quais incorporam novos discursos e os sentimentos de pertencimento e as particularidades dos grupos vão sendo reforçadas e recriadas no confronto com o outro. Assim, os diferentes grupos vão aprendendo a se posicionar, desenvolvendo discursos e práticas para legitimar seus interesses, acionando diferentes traços culturais. Tal processo corrobora as análises de Cunha (2009, p. 244):



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

[...] a etnicidade pode ser mais bem entendida se vista em situação, como uma forma de organização política: essa perspectiva tem sido muito fecunda e tem levado a considerar a cultura como algo constantemente reelaborado, despojando-se então este conceito do peso constituinte de que já foi revertido

O processo de afirmação étnico-racial não implica no desaparecimento da identidade de pescador e marisqueiras – “povos da maré” – e lavradores, que sempre estiveram presentes nas comunidades, provenientes dos fortes laços de pertencimento às atividades laborais. A identidade política acionada pelos pescadores é a de pescador artesanal numa contraposição à pesca industrial. Muitos pescadores locais participam ativamente dos movimentos da categoria, notadamente o Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP). Estes desenvolveram entre 2012 e 2015 a *Campanha nacional pela regularização dos territórios das Comunidades pesqueiras (MPP, n.d)*, que buscou coletar assinatura para a elaboração de um projeto de lei com esta finalidade (M. As Reservas extrativistas são apontadas pelos movimentos dos pescadores como uma possibilidade para viabilizar a demarcação dos territórios pesqueiros, desde que observadas a complementariedade entre terra e mar.

Os moradores também participam de associações e sindicatos de trabalhadores rurais, acionando a identidade de lavradores e pequenos agricultores, presente desde o período colonial. A participação no Conselho Gestor da Resex consiste em outro canal de articulação da comunidade local, embora os moradores enfrentem dificuldades na defesa de seus interesses. A identidade extrativista consiste num elemento exógeno à população local, que se define como quilombola, pescadores e pescadoras, marisqueiras e lavradores.

IV. Conclusões

O Estado se configura no principal agente interventor dos espaços urbanos e rurais do entorno da Baía do Iguape, reconfigurando territorialidades e sociabilidades. As ações estatais se mostram



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

claramente favoráveis ao grande capital em detrimento das pessoas do lugar. O estudo de caso aponta às contradições inerentes às esferas governamentais, permeadas pela correlações de forças da sociedade, e à falta de articulação entre as políticas públicas direcionadas para um mesmo território. Sobre a política ambiental, o estudo revela os limites das Reservas Extrativistas Marinhas como estratégia para a manutenção da população em seu território, uma vez que a questão fundiária não é solucionada.

Os discursos identitários têm se revelado em mecanismos mais promissores na luta pela permanência no território. Segundos os dados Fundação Cultural Palmares (2016)¹⁰, 16 comunidades no município de Cachoeira e 13 no município de Maragogipe receberam a certificação como quilombolas. A comunidade de Salaminas Putumuju, localizada no município de Maragogipe recebeu, em 2014, titulação definitiva de parte das terras reivindicadas¹¹.

Tanto no caso da implantação da Resex como nos processos de construções identitárias, os agentes intermediadores (lideranças locais, entidades de apoio, acadêmicos e servidores das esferas governamentais) foram atores fundamentais. Neste processo, verifica-se intercâmbios entre os saberes acadêmicos e técnicos e os saberes locais, com a transformação de termos científicos em categorias êmicas; ao passo em que, a comunidade científica é convocada a atualizar teorias e ressignificar conceitos para dar conta da realidade vivenciada pelos grupos historicamente excluídos dos direitos à cidadania.

Por fim, o estudo contribui para compreensão da continuidade da lógica desenvolvimentista na definição dos rumos da sociedade brasileira e de antigos conflitos fundiários, agora lidos pelos vieses ambientais e/ou étnico-raciais. A existência de legislações específicas voltadas para a proteção do meio ambiente e os direitos dos povos tradicionais não garante a efetivação dos princípios que nortearam a sua criação. Sua efetivação depende da correlação de forças do campo

¹⁰ O reconhecimento pela Fundação Palmares consiste no primeiro passo para a regularização fundiária das terras.

¹¹ Nem todas estas localidades pertencem a RESEX do Iguape.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

político num determinado momento histórico. Se os movimentos sociais têm se reinventado, construindo novas estratégias discursivas e práticas para a conquista de seus direitos; as esferas governamentais têm se mostrado capazes de incorporar, no plano retórico, algumas demandas, despolitizando seus conteúdos, ou simplesmente incorporando no texto jurídico, mas sem a criação de mecanismos eficazes que garantam a sua efetivação.

V. Bibliografia

Acsegrad, Henri. (2004) As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In __ (org) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Almeida, Alfredo W. B. de (2015). Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. *Palestra Seminário sobre questões indígenas*. Disponível em <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/639912>. Acesso em 20 de out.

Bourdieu, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand.

Brasil. (2000) Lei de Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nº 9.985.

Brasil. Constituição Federal de 1988.

Comissão pró-iguape (2010). Relatório final sobre o EIA/RIMA Estaleiro do Paraguaçu, Bahia. Salvador. Disponível em www.ceama.mpba.mp.br/.../2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio. Acesso em jun de 2014

Cunha, Manuela Carneiro da. (2009) Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. In: __. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Cunha, Manuela Carneiro da, Almeida, Mauro W. (2009). Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cunha, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. (pp. XX) São Paulo, Cosac Naify. P. 277-300

Ferreira, Lúcia Da Costa. (2004). Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças Sociais e conflitos em torno se áreas protegidas no vale do ribeira, SP, Br. *Ambiente & Sociedade*. Vol. VII, nº 1 Jan. / Jun., p.48-65.

Franco, José Luiz de A., Drummond, José Augusto. (2012). História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: Franco, José Luiz de A. , Silva, Sandro Dutra, Drummond, José Augusto, Tavares (orgs). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, P: 333-366.

Hannigan, John. (2009) *Sociologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Instituto chico mendes de conservação da biodiversidade (ICMbio). (2014) *Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape: preservar a cultura e os recursos pesqueiros no Recôncavo Baiano*. ICMBIO: (folder de divulgação).

Ivo, Anete Brito (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/agos.

Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Little, Paul E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no Simpósio "Natureza e Sociedade: desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia", na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, junho de.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. (2009). *Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador (Ba), Brasil.

Martinez Alier, Juan. (2009) O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto.

Mendes, Ana Beatriz V. M (2008). Ambientalização de direitos étnicos e etnização das arenas ambientais: populações tradicionais e povos indígenas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mampirauá (AM). Trabalho apresentado na 26^a. *Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. DISPONÍVEL em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2004/ana%20beatriz%20vianna%20mendes.pdf. Acesso em março de 2015.

Movimento de pescadores e pescadoras artesanais. (n.d) Cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro.

Muricy, Ivana Tavares (2009). Potencialidades e limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. In: SEI. *Turismo e Desenvolvimento na área de Proteção Ambiental Litoral Norte*. Salvador: SEI (Série de Estudos e Pesquisas,82). Pg: 29-56.

Observatório das UCs. <http://observatorio.wwf.org.br/> acesso em outubro de 2017.

Peccatiello (2011). Ana Flávia O. Políticas públicas ambientais no Brasil: Da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, N. 24, p. 71-82, jul/dez. editora UFPR.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Proust, Cathérine (2010). RESSEX Marinha versus Polo Naval na Baía do Iguape. *Novos cadernos NAEA*. V. 13, n. 1 p. 47/70, jul.

Zagatto, Bruna Pastro. (2011). Eu sou marisqueira, lavradora e quilombola: uma análise do processo de construção da identidade nas comunidades rurais do Guai, Maragogipe, Bahia. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (Ba), Brasil.